
Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

05.959.999/0001-14

Nome da instituição

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Setor

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

MARCO AUGUSTO DA SILVA E SOUZA

Telefone

(92)3632-4410

E-mailpresidencia@tre-am.jus.br**Destinatário:****Nome**

Ministra ROSA WEBER

Setor

Presidência

Descrição do documento

OFÍCIO Nº 427/2023 - GABPRES/TRE-AM. Encaminha cópia do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 19/2022.

Anexos

SEI_0000062600_Oficio__Presidencia_.pdf

TERMO_DE_ADESAO_AO_TERMO_DE_COOPERACAO_TECNICA_N._19_2022.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
Avenida André Araújo, nº 200 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tre-am.jus.br

OFÍCIO (PRESIDÊNCIA) - TRE-AM/PRES/GABPRES

OFÍCIO Nº 427/2023 - GABPRES/TRE-AM

Manaus/AM, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência a Senhora
Ministra ROSA WEBER
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília/DF

Assunto: Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 19/2022.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho a esse Egrégio Conselho o Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 19/2022 (Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos), devidamente assinado, para conhecimento e publicação no Diário Oficial da União.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Desembargador **JORGE MANOEL LOPES LINS**
Presidente do TRE/AM

Gabinete da Presidência do TRE/AM – Tel.: (92) 3632-4410 – E-mail: presidencia@tre-am.jus.br



Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADOR JORGE MANOEL LOPES LINS, Presidente**, em 25/07/2023, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000062600** e o código CRC **09750BAE**.

0005073-30.2023.6.04.0000

0000062600v2



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

TERMO DE ADESÃO

ANEXO II AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 19/2022

Termo de Adesão dos órgãos do Poder Judiciário

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 19/2022, SOB A ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELOS DIREITOS HUMANOS

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **JORGE MANOEL LOPES LINS**, portador do CPF nº 063.638.142-00 e Cédula de Identidade nº 02873583 SSP/AM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica n. 19/2022, sob a égide do **Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos**, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário.

O Presidente, Desembargador **JORGE MANOEL LOPES LINS**, declara firme vontade de desenvolver ações para a proteção e promoção dos Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, em conformidade com a Recomendação CNJ nº 123, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados internacionais de Direitos Humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a necessidade de controle de convencionalidade (artigo 1º, I da Recomendação n. 123/2022).

O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a promoção da cultura de Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, no Poder Judiciário.

1. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário, com especial enfoque no controle de convencionalidade.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

2. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o Exmo. Sr. **VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES**, Juiz de Direito, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, Cédula de Identidade nº 078318-1 SSP/AM, CPF nº 309.701.722-49, endereço eletrônico: victor.liuzzi@tjam.jus.br, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas na Cláusula 4.2 do Presente Termo de Adesão.
3. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura.
4. **RESPONSABILIDADES:**
 - 4.1 **São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**
 - 4.1.1. Coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;
 - 4.1.2. Promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os partícipes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;
 - 4.1.3. Auxiliar no planejamento e no desenvolvimento de cursos de capacitação realizados em parceria com a Enfam sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;
 - 4.1.4. Fomentar a participação dos tribunais nos cursos de capacitação sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;
 - 4.1.5. Intercambiar documentos e apoio técnico-institucional necessários à execução do objeto;
 - 4.1.6. Responsabilizar-se pela articulação institucional com as Escolas Judiciais Estaduais e Federais, ENFAM, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Interamericana e o Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law para a realização de ações de capacitação destinadas a magistrados e magistradas, bem como para servidores e servidoras do Sistema de Justiça Brasileiro;
 - 4.1.7. Disponibilizar aos partícipes as pesquisas e cartilhas produzidas por meio das ações do projeto;
 - 4.1.8. Divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.
 - 4.2. **São responsabilidades gerais do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas:**
 - 4.2.1. Indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- 422. Prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;
- 423. Divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);
- 424. Viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;
- 425. Fomentar medidas visando à inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos editais dos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura, com destaque ao sistema interamericano, jurisprudência da Corte Interamericana, controle de convencionalidade, jurisprudência do STF em matéria de tratados de Direitos Humanos e diálogos jurisdicionais;
- 426. Divulgar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos e os respectivos resultados obtidos.

5. PUBLICAÇÃO: O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Manaus, 15 de junho de 2023.

Desembargador, **JORGE MANOEL LOPES LINS**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Juiz de Direito **VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES**
DIRETOR DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL TRE/AM